



# A Presença Militar Brasileira na 2ª Guerra Mundial

L. P. Macedo Carvalho

*Resumo, para exposição em plenário, do trabalho apresentado no XVIII Congresso Internacional de História Militar,\* como representante do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Reprodução de matéria publicada na revista desse Instituto nº 79/93.*

## PORQUE O BRASIL FOI À GUERRA

O Brasil foi levado a participar da II Guerra Mundial (1939-1945) por força da cultura cristã-ocidental, da sua expressão geopolítica, de razões ideológicas, do espírito de solidariedade pan-americano, e porque se viu agredido.

De índole pacífica, nossa gente tinha fortes motivos para se manter neutra, sobretudo pela contribuição dada à etnia brasileira e ao desenvolvimento sócio-econômico do País por grandes contingentes de imigrantes italianos e alemães, estabelecidos particularmente no sudeste e no sul do Brasil.

A expressão geopolítica de nosso território subcontinental (5º maior do mundo), com 8.000 km de costa debruçada sobre o Atlântico Sul, dotado de ponderável efetivo demográfico e de recursos naturais estratégicos, também não nos permitiu ficar

neutros no conflito mundial.

Ainda que vivêssemos sob regime ditatorial civil, que nutria simpatia pelos governos de Berlim e Roma, o povo brasileiro, amante da liberdade, repudiava a ideologia nazi-facista.

Membro da comunidade americana, o Brasil participou da I Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada na cidade do Panamá, em outubro de 1940, para traçar um estratégia de defesa no Hemisfério Ocidental, ficando deliberada a neutralidade dos países desse lado do Atlântico, ao longo de uma faixa de segurança de 300 milhas em torno do continente. Tal medida visava, principalmente, a garantir o suprimento das indispensáveis matérias-primas aos EUA.

Em 1940, com a queda da França, teve lugar outra Reunião de consulta de Chanceleres, em Havana, da qual resultou

\* Ver, na seção Informações, detalhes sobre o Congresso.

a declaração conjunta que todo atentado de um Estado não americano contra a integridade de um Estado americano seria considerado ato de agressão contra todos os Estados do continente, princípio consagrado da doutrina pan-americana.

A 28 de janeiro de 1942, no encerramento da III Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, diante do ataque japonês aos EUA em Pearl Harbour, o Brasil rompeu relações diplomáticas com as potências do "Eixo" — Alemanha, Itália e Japão.

A partir de 9 de dezembro de 1941, Hitler dera liberdade ao Comando Geral dos Submarinos para atuar no interior das águas da Zona de Segurança Pan-Americana e, logo em seguida, começaram os torpedeamentos de navios mercantes brasileiros nas costas dos EUA e no Caribe.

A 15 de junho de 1942, Hitler, em reunião com o Almirante Raeder, decidiu lançar uma ofensiva submarina contra a navegação marítima no litoral brasileiro e destruir os portos do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Santos. Essa missão foi confiada a uma flotilha de submarinos baseada na França ocupada e constituída de 8 "U-Boats" de 500 ton e 2 de 700 ton, que era reabastecida pelo submarino-tanque U-604, ao largo de nossa costa. A essa flotilha juntaram-se depois submarinos italianos. Em dois dias, cinco navios mercantes brasileiros foram torpedados e postos a pique a poucas milhas de nossa costa, causando a perda de mais de quinhentas vidas, e de um Grupo de Artilharia de Dorso que era transportado para guarnecer o Nordeste brasileiro.

Era a guerra não declarada, a pretexto de revidar a ação diplomática legítima de rompimento de relação com o "Eixo". A

opinião pública brasileira exigiu e o governo do Brasil, então, reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha, a Itália e o Japão, a 22 de agosto de 1942.

## PARTICIPAÇÃO MILITAR DO BRASIL

Firmando um acordo bilateral entre o Brasil e os EUA, ficou acertado, inicialmente, que a participação do Brasil no conflito mundial dar-se-ia da seguinte forma:

**Marinha** — patrulhamento do litoral, escolta de comboios marítimos e cessão de bases a forças navais e aeronaves norte-americanas.

**Exército** — organização de 1 (um) corpo-de-exército, a 3 (três) divisões de infantaria e 1 (uma) divisão blindada, para atuar no Norte da África e na Europa, a fim de liberar tropas aliadas destinadas à invasão da França, bem como defender o saliente nordestino, em face da ameaça representada pela eventual presença de alemães nas colônias francesas da costa atlântica da África (Dakar, Senegal);

**Força Aérea** — organização e envio, ao Teatro-de-Operações do Mediterrâneo, de 1 (um) grupo de caça, 1 (uma) esquadrilha de ligação e observação e, mais tarde, de 1 (um) grupo de bombardeiros médios.

### A Força Expedicionária Brasileira

Os atrasos no fornecimento do material bélico necessário, resultantes dos preparativos para a invasão da Europa pelos aliados, limitariam a contribuição de maiores efetivos do Exército Brasileiro para dar prosseguimento à guerra no Teatro do Mediterrâneo. Assim, ficamos restritos ao

envio apenas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), integrada por 1 (uma) Divisão de Infantaria e elementos da Justiça Militar, do Banco do Brasil, do Serviço Postal e Especial, do Serviço de Saúde, do Corpo de Enfermeiras e de equipes de ligação, reforçados por um Depósito de Pessoal, para garantir o repletamento dos claros abertos em ação. A tropa combatente era composta de unidades de infantaria, cavalaria mecanizada, artilharia, engenharia, aviação de ligação e observação, órgãos de apoio administrativo e de apoio ao combate.

A FEB, comandada pelo General-de-Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, tomou parte nas operações da campanha da Itália de julho de 1944 a maio de 1945, com o efetivo global de 25.334 homens, incorporada ao V Exército norte-americano, do General Mark Clark, e enquadrada pelo IV Corpo-de-Exército, sob as ordens do General Willis Crittberg.

Para se ter uma visão sintética do desempenho operacional da FEB, transcrevemos a mensagem do seu comandante, ao anunciar a vitória aliada na Europa:

"A Força Expedicionária que representou o Brasil nesta sanguinolenta guerra cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas. Num terreno montanhoso, a cujos picaros o homem chega com dificuldade, um inverno rigoroso, que a totalidade da tropa veio enfrentar pela primeira vez, e contra um inimigo audacioso, combativo e muito bem instruído, podemos dizer assim mesmo, e por isso mesmo, que os nossos bravos soldados não desmereceram a confiança que neles depositavam os seus

chefes e a própria Nação brasileira.

"Após oito meses de combates constantes em que, como todos os exércitos, sofremos pesados reveses e obtivemos brilhantes vitórias, o balanço de uns e outros é ainda favorável às nossas armas. Desde o dia 16 de setembro de 1944, a FEB percorreu, conquistando ao inimigo, às vezes palmo a palmo, cerca de 400 quilômetros, de Lucca a Alessandria, pelos vales dos Rios Serchio, Reno e Panaro, e pela planície do Pô; libertou quase meia centena de vilas e cidades; sofreu mais de 2.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos; fez o considerável número de mais de 20.000 prisioneiros, vencendo pelas armas e impondo a rendição incondicional a duas divisões inimigas. É um registro deveras honroso e de vulto para uma divisão de infantaria. Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possibilidades materiais, porém plenamente consentâneo com a noção de dever e amor à responsabilidade revelados pelos nossos homens em todos os degraus e escalões da hierarquia, e em todas as crises e circunstâncias da campanha que neste instante acabamos de encerrar.

Regressamos com feridos ainda sangrando dos últimos encontros, mas nunca, pela nossa atuação, o prestígio e o nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos. É bem verdade, e vale a pena afirmar, que preço bem alto pagamos por esse resultado. O sangue dos nossos bravos camaradas tingiu de vermelho essas belas verde-escuras montanhas dos Apeninos e algumas centenas de nossos companheiros já não retornarão à Pátria conosco, porque dormem o sono eterno sob as terras úmidas e verdejantes das planícies da Toscana.

Não foram muitos os meses que aqui

passamos; muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporamos ao rico patrimônio e às nossas tradições militares: Camaione, Monte Prano e Barga — no vale do Rio Serchio; Monte Castelo, La Serra e Castelnuovo — no vale do Rio Reno; Montese, Zocca, Marano su Panaro — no vale do Rio Panaro; Callechio e Fomovo di Taro — na rica planície do Pó.

Esses nomes se inscreverão, por certo, dentre aqueles que recebem o culto das gerações patricias, porque na Itália, como nos campos-de-batalha sul-americanos, o Exército Brasileiro mostrou-se digno do seu passado...”

### A Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira (FAB), criada a 20 de janeiro de 1941, por amalgamento da antiga Aviação Militar do Exército com a Naval, também esteve presente nos céus da Itália durante a II Guerra Mundial, representada pelo 1º Grupo de Aviação de Caça — o “Senta a Pua” — e a 1ª Esquadilha de Ligação e Observação — a “Olho Nele”.

O 1º Grupo de Aviação de Caça, equipado com os aviões P-47 — **Thunderbolt**, de fabricação norte-americana, operou integrado ao **350th Fighter Group**, a 1ª Esquadilha de Ligação e Observação, dotada de aeronaves L4-h, **Piper Club**, atuou adida à Artilharia Divisionária da FEB.

O 1º Grupo de Aviação de Caça entrou em ação no espaço aéreo do Teatro-de-Operações do Mediterrâneo, voando sobre território italiano e alemão. Nos primeiros quatro meses de operação, os caças brasileiros efetuaram 1.728 surtidas e foram atingidos pelo fogo antiaéreo inimigo 103 vezes, o que representa, em média, um avião

atingido em cada 17 missões. Nos dias em que havia vôo, os brasileiros cumpriram da ordem de 20 missões diárias, conseguindo retornar à base mesmo avariados, na maioria das vezes. Em todas as missões os caças brasileiros enfrentaram caças inimigos e cerrado fogo de canhões antiaéreos de 20 a 40 mm, por voarem a média e baixa alturas.

Dos 48 pilotos do 1º Grupo de Caça que realizaram missões de combate, registraram-se 22 baixas, sendo cinco mortos, abatidos pela artilharia antiaérea; oito saltaram de pára-quedas sobre território inimigo, em consequência de seus aviões terem sido atingidos; três faleceram em acidentes de aviação e seis foram afastados do vôo por prescrição médica.

O desempenho dos “caçadores” brasileiros, no último mês da guerra, pode ser melhor avaliado pelo seguinte trecho do relatório oficial do **350th Fighter Group**:

*“Durante o período de 6 a 29 de abril de 1945, o grupo de caça brasileiro voou 5% das surtidas executadas pelo XXII Comando Aerotático e, no entanto, dos resultados obtidos por esse comando, foram oficialmente atribuídos aos brasileiros 15% dos veículos inimigos destruídos, 28% das pontes destruídas, 36% dos depósitos de combustíveis danificados e 85% dos depósitos de munição atingidos”.*

A 1ª Esquadilha de Ligação e Observação voou 1.282 horas sobre as linhas inimigas, cumprindo missões de observação em proveito da artilharia da FEB.

A participação da FAB durante a II Guerra Mundial não deve ser avaliada pelo efetivo reduzido presente na Itália, mas pelo desempenho revelado, se comparado ao de outras unidades similares de diversas nacionalidades que constituíram o poder aéreo aliado empregado no Teatro-de-Operações do Mediterrâneo.

A atuação da FAB não se limitou ao Teatro do Mediterrâneo. Significativa também foi sua ação no Atlântico Sul, dando cobertura a comboios marítimos, patrulhando o litoral, atacando e afundando submarinos inimigos.

### A Marinha brasileira na Batalha do Atlântico Sul

A II Guerra Mundial surpreendeu a Marinha do Brasil com quase a mesma estrutura de 1918, quando operou na costa ocidental da África, de Serra Leoa para o norte, em apoio aos aliados. Não dispúnhamos, sequer, de aviação embarcada.

Limitada pela falta de meios para atender às necessidades, deu-se prioridade a operações predominantemente defensivas na faixa litorânea leste e nordeste, complementadas por ações do Exército e da Força Aérea.

O desenvolvimento da Marinha do Brasil no conflito iniciou-se com a criação da Divisão de Cruzadores, reforçada por navios mineiros, cuja missão era realizar a **patrulha da neutralidade** contra submarinos do "Eixo".

A nossa entrada na guerra fez os EUA reforçar a defesa no litoral brasileiro com a 4ª Esquadra, sob o comando do Contra-Almirante Jonas H. Ingram. Para garantia do sucesso na área de responsabilidade estratégica adjacente à costa do Brasil, impunha-se unidade de comando das unidades aéreas e navais empenhadas de ambos os países. Dessa forma, o Brasil e os EUA acordaram em organizar o Comando da Força do Atlântico Sul, ficando o controle operacional das forças brasileiras e norte-americanas nas mãos do Almirante Ingram. Em consequência disso, a Divisão de Cruzadores foi extinta e criada a Força Naval

do Nordeste, sob o comando do Vice-Almirante Alfredo Carlos Soares Dutra. Transformada posteriormente na Força-Tarefa 46 do Comando do Atlântico Sul chegou a ter 141 unidades navais norte-americanas e 37 brasileiras. O quartel-general do Comando da Força do Atlântico Sul foi instalado no Recife e cedemos bases aos norte-americanos em Belém, Fortaleza, Natal e Salvador.

A maior parte das atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil foram de patrulhamento das nossas águas territoriais e proteção dos comboios que iam e vinham de Trinidad, nas Antilhas. Aspecto importante da campanha marítima no Atlântico Sul foi o patrulhamento oceânico, para bloqueio do transporte de suprimentos essenciais às potências do "Eixo", realizado por submarinos alemães e italianos entre a França e o Japão, via Cabo da Boa Esperança.

Além da escolta dos comboios regulares, a Marinha realizou cerca de 248 especiais, para abastecimento da Ilha de Fernando de Noronha e transporte de tropas, de armamento, de suprimentos diversos e outros fins.

A Marinha do Brasil escoltou 575 comboios, num total de 3.164 navios de 16 nacionalidades e de 16.486.062 toneladas brutas de arqueação, percorrendo 600.000 milhas marítimas — o que equivale a 28 voltas à Terra, no Equador — e perdendo apenas três dos cargueiros escoltados, ou seja, 0,09% dos barcos protegidos e 0,08% da tonelagem comboiada. Treze navios tripulados da nossa frota mercante e três petroleiros, sem tripulação, foram arrendados aos EUA nessa ocasião, ao preço simbólico de US\$ 1.00 (um dólar) mensal por unidade, comprometendo-nos, ao mesmo tempo, destinar 23 outros à navegação entre o Brasil

e portos norte-americanos.

No litoral brasileiro foram destruídos 10 submarinos alemães e um italiano, além de um outro alemão afundado pela própria tripulação — o U-604, submarino abastecedor, vulgarmente chamado de “vaca leiteira”. As forças navais brasileiras estabeleceram 66 contatos seguidos de ataques a submarinos inimigos, confirmados pelos alemães.

Afora essas missões, a Marinha incumbiu-se também da proteção do cabo submarino que garantiu comunicações seguras com os Estados Unidos e a Europa, da destruição de minas submarinas, do salvamento de naufragos no mar, do socorro exclusivamente a aviões da Força Aérea dos EUA entre Dakar e Natal.

Em face da ameaça de Hitler contra os principais portos brasileiros e ilhas estratégicas, os couraçados “Minas Gerais” e “São Paulo”, inadequados para a guerra anti-submarina, fundearam em Salvador e no Recife, respectivamente, para reforçar a defesa terrestre desses importantes ancoradouros, enquanto um destacamento de fuzileiros navais ocupou a Ilha de Trindade.

A Marinha do Brasil perdeu, ao todo, durante a II Guerra Mundial, três belonaves: o navio-transporte “Vital de Oliveira”, a corveta “Camaquã” e o cruzador “Bahia”, sofrendo 486 baixas de pessoal. Os ataques dos submarinos do “Eixo” resultaram no afundamento de 35 navios mercantes brasileiros, num total de 150.029 toneladas, o correspondente a mais de um terço de nossa frota comercial, e na perda de 972 vidas.

Estes dados expressam o tremendo esforço feito pelas forças navais brasileiras com os poucos recursos disponíveis para bem cumprir as múltiplas e inúmeras missões

que exigiram permanência contínua no mar até depois do fim da guerra.

## CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

No balanço final do tributo pago a Marte na II Guerra Mundial, o Brasil colheu bônus e ônus, que chegam a questionar, às vezes, se saímos realmente vencedores do conflito.

Geopoliticamente pesamos e tivemos expressão estratégica mundial. Ficou comprovada a importância das ilhas oceânicas e do saliente nordestino do Brasil — cognominado o “Trampolim da Vitória” — na guerra anti-submarina e para a campanha da África e, posteriormente, a invasão da Itália.

No campo político, a maioria do povo brasileiro assimilou os ideais democráticos, a despeito das crises internas vividas pelo País até hoje. O sacrifício exigido dos brasileiros na luta contra o totalitarismo nazi-fascista acabou por derrubar a ditadura de Vargas.

O impacto da guerra sobre nossa frágil economia se mostra contraditório. Antes da guerra, o nosso comércio exterior se fazia em grande parte com sete países europeus dentre os dez com quem mantínhamos relações de trocas expressivas. A Alemanha detinha o 2º lugar em 1/4 de nossas exportações, logo atrás dos EUA na balança comercial. O conflito, se por um lado forçou a diversificação de nossa pauta de exportação, por outro privou-nos internamente de alguns produtos, tais como arroz, algodão, borracha e carne, para não citar minerais estratégicos nem sempre explorados racionalmente. Terminada a

guerra, o Brasil perdera os antigos mercados e não conseguiria manter os novos, voltando a ser tradicional exportador de café, cacau e algodão. Cabendo aos EUA 61% de nosso intercâmbio externo, tornou-se esse país nosso principal importador e exportador. O déficit orçamentário do tremendo esforço de guerra do Brasil, aliado à necessidade de emissão para financiamento dos estoques não exportados e adiantamento aos exportadores, às divisas congeladas nos EUA e no Reino Unido, respectivamente de 2 bilhões de dólares e de 250 milhões de libras esterlinas, provocaram inflação. Sem considerar as perdas experimentadas pela nossa Marinha Mercante, o pagamento de quase 2 bilhões de marcos referentes à compra de material bélico não entregue, as despesas operacionais com as Forças Armadas num total de 361 milhões de dólares — cuja última prestação foi paga em 1º de julho de 1954 — o arrendamento de cargueiros e petroleiros aos EUA por preço meramente simbólico, o Brasil foi o único país a participar efetivamente das operações de guerra que se viu excluído da Conferência de Reparações de Guerra de Paris, deixando assim de receber qualquer indenização pelos prejuízos sofridos, conforme ficara estabelecido pelos acordos de Ialta e Potsdam.

Dos saldos congelados em dólares, o acordo de Bretton Woods levou o Brasil a contribuir com quase 1 bilhão de dólares para o Banco Internacional de Reconstrução, que possibilitou a recuperação da Europa destruída pela guerra. O saldo em libras esterlinas, congelado em Londres, proveniente de exportações feitas durante e após a guerra, foi utilizado para aquisição de equipamento e regularização da situação financeira das empresas britânicas no Brasil.

A famosa “Lei de Empréstimos e Arrendamentos”, firmada com os EUA, incluiu todos os artigos fornecidos para combater o inimigo no Atlântico e na Itália, assim como as despesas de transporte da FEB e com hospitalização de combatentes brasileiros no exterior. Assim, apesar de vencedores da guerra, na realidade ficamos economicamente pior do que os vencidos.

A Guerra revelou o despreparo das Forças Armadas Brasileiras para a II Guerra Mundial. A despeito de nosso vasto litoral, não possuíamos mentalidade de país marítimo. A criação do Ministério da Aeronáutica, centralizando o emprego dos meios aéreos, pouco antes de entrarmos em ação, verificou-se acertada e oportuna. Mais tarde, a criação da aviação embarcada, em decorrência da aquisição de um navio-aeródromo para a guerra anti-submarina, veio sanar uma lacuna constatada durante as operações no Atlântico. Evidenciada a necessidade de um órgão militar de cúpula para coordenação do emprego das Forças Armadas em operações, impôs também, *a posteriori*, a criação do Estado-Maior das Forças Armadas. A “Lei de Empréstimos e Arrendamentos”, que tanto sangrou nossa debilitada economia, teve um lado positivo, permitindo a modernização e revitalização material de nossas Forças Armadas. A profissionalização do militar, exigida pela doutrina norte-americana incorporada com a guerra, ensejou-nos tomar consciência de nossas potencialidades e vulnerabilidades, abrindo caminho para a nacionalização do material bélico necessário, com o desenvolvimento da indústria aeroespacial, naval e de armamentos, e a elaboração de uma doutrina militar brasileira.

Na área social, verificou-se o fortalecimento da vontade nacional e o

reconhecimento da necessidade da valorização do homem, bem como de eliminação das chagas sociais do analfabetismo, das doenças endêmicas, da fome e da miséria. Cicatrizadas as feridas da guerra, o povo brasileiro não alimentou ódio nem discriminação contra os antigos inimigos, devolvendo os bens de imigrantes italianos postos em custódia ou seqüestrados durante o conflito mundial e recebendo, de braços abertos, levas de europeus e japoneses em seu território.

Decorridos 50 anos do reconhecimento

do estado de guerra, que tantos sacrifícios e padecimentos nos trouxe, cumpre neste retrospecto histórico lembrar à comunidade internacional, particularmente aos aliados de ontem, a necessidade de reparar as injustiças cometidas na Conferência de Paris, emprestando cooperação ao Brasil para vencer a batalha contra o subdesenvolvimento e por melhor qualidade de vida. Neste mundo egoísta de blocos competitivos e desumanos, a falta de visão perspectiva histórica poderá transformar a nova ordem mundial em desordem internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MASCARENHAS DE MORAIS, João Batista, Marechal. *A FEB pelo seu Comandante* - Estabelecimento General Gustavo de Faria, 1951, Rio de Janeiro, Brasil.

SALDANHA DA GAMA, Artur Oscar, Almirante - *A Marinha do Brasil*, Capemi Editora, 1982, Rio de Janeiro, Brasil.

LAVANÉRE - Wanderley, Nelson Freire, Tenente-Brigadeiro - *História da Força Aérea Brasileira*, Ministério da Aeronáutica, 1967, Rio de Janeiro, Brasil.

MINISTÉRIO DA MARINHA - *História Naval Brasileira*, 5º Volume, Tomo II, Serviço de Documentação da Marinha, 1985, Rio de Janeiro, Brasil.

CASTELOBRANCO, Manoel Tomaz - *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*, Biblioteca do Exército, 1952, Rio de Janeiro, Brasil.

MEIRA MATTOS, Carlos de, General - *O General Mascarenhas de Moraes e sua Época*, Biblioteca do Exército 1983, Rio de Janeiro.

- *As Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Revista do Clube Militar, nº 294, 1990, Rio de Janeiro, Brasil.

MCCANN JR. FRANK D. - *The Brazilian American Alliance, 1937-1945*, Princeton University Press, 1973, New Jersey, EUA.

WALTERS, Venon A., General - *Silent Missions*, Doubleday and Co., 1978, Garden City, New York, EUA.

ROHWER, Jurgen - *Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil Durante a Segunda Guerra Mundial*, Navigator, nº 18, 1982, Rio de Janeiro, Brasil.

ARAGÃO, José Campos de, General - *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Volume LV, 1984, Rio de Janeiro, Brasil.

VIDAL, Germano Seidi, Coronel - *Quanto Custou ao Brasil a II Guerra Mundial?*, Revista da Escola Superior de Guerra, nº 15, 1990 - Rio de Janeiro, Brasil.



LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - É Coronel de Artilharia da reserva do Exército pelo Staff College, Camberley e pelo Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield) Barchalem Ciências Políticas e Econômicas, do antigo membro do Corpo Permanente da ESG, é Secretário Geral do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Diretor da Bibliex.